Roubo majorado - Coação moral irresistível - Ausência de prova - Condenação - Pena-base - Fixação

Ementa: Apelação criminal. Roubo majorado. Materialidade e autoria comprovadas. Ausência de prova da excludente de coação moral irresistível. Sentença condenatória mantida. Dosimetria. Circunstâncias judiciais preponderantemente favoráveis. Pena-base. Redução. Necessidade.

- A coação moral irresistível, para ser aceita como excludente de culpabilidade, precisa ficar inequivocamente comprovada, não bastando a simples versão dada pelo próprio agente que se diz vítima de coação, notadamente quando sua tese é contraditória e foi fragilizada por outras provas produzidas nos autos.

- A pena-base deve aproximar-se do mínimo legal quando preponderantemente favoráveis as circunstâncias judiciais.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1.0720.11.005862-8/001 - Comarca de Visconde do Rio Branco - Apelante: Flaviana Cristina Luiz - Apelado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais - Vítima: Osmarina Aparecida Vitorino - DES. RENATO MARTINS JACOB

Acórdão

Vistos etc., acorda, em Turma, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas

Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, à unanimidade, em DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO. COMUNICAR.

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2012. - Renato Martins Jacob - Relator.

Notas taquigráficas

DES. RENATO MARTINS JACOB - Cuida-se de recurso de apelação interposto por Flaviana Cristina Luiz em face da respeitável sentença de f. 92/98 que, nos autos da ação penal intentada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, julgou procedente a pretensão punitiva estatal para condená-la nas sanções do art. 157, § 2º, I, do Código Penal, fixando-lhe a pena de 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime fechado, e 26 (vinte e seis) dias-multa, à mínima fração legal, indeferida a substituição da reprimenda carcerária por restritivas de direitos, bem como a concessão do *sursis*.

Guia de execução provisória acostada à f. 116.

Nas razões de f. 107/108, a apelante pugna pela integral reforma da sentença, ao fundamento de que agiu sob a excludente da coação moral irresistível, não lhe sendo exigível conduta diversa, de modo que a absolvição é medida imperativa.

Alternativamente, pede a redução da pena.

Contrariedade deduzida às f. 110/112.

A douta Procuradoria-Geral de Justiça manifestou-se às f. 125/129, opinando pelo desprovimento do apelo.

A denúncia foi recebida no dia 11.10.2011 (f. 43), tendo a sentença condenatória sido publicada em 31.01.2012 (f. 98).

Esse, resumidamente, é o relatório.

Não há preliminares, nem se vislumbram nulidades a serem apreciadas de ofício.

Conheço do recurso, já que presentes os pressupostos de admissibilidade.

A apelante foi condenada por infração ao art. 157, § 2º, I, do Código Penal, porque, no dia 13.09.2011, por volta das 12h20min, na Rua Dr. Altino Peluso, s/nº, Centro, Município de Visconde do Rio Branco - MG, mediante violência exercida com emprego de arma, subtraiu para si um relógio, um aparelho celular, três pulseiras, dois anéis e R\$50,00 (cinquenta reais) em dinheiro pertencentes à vítima Osmarina Aparecida Vitorino, evadindo-se em seguida.

A materialidade e a autoria resultaram devidamente comprovadas nos autos e não foram impugnadas no presente recurso, tratando-se, pois, de aspectos incontroversos.

Analisando os argumentos recursais à luz dos elementos de convicção carreados aos autos, não me convenci de que merece guarida a pretensão absolutória escorada na tese de coação moral irresistível, *data venia*.

A recorrente tenta amenizar sua responsabilidade, dizendo ter sido coagida a praticar o delito por seu antigo companheiro, Carlos Henrique Enéias, que teria acompanhado todos os passos do roubo. Afirma que foi ele quem escolheu a vítima e providenciou a arma, tendo ficado com o produto do assalto, que lhe foi entregue logo após a subtração (f. 74).

Tal versão, contudo, encontra-se isolada no bojo dos autos, valendo consignar que ela nem sequer guarda correspondência com as declarações da apelante prestadas perante a autoridade policial.

Naquela oportunidade, Flaviana se limitou a dizer que esfaqueou a vítima, sendo que “tinha alguns dias que tinha apanhado da Osmarina um relógio, três pulseiras e dois anéis para pagar dívida de roupa que ela tinha comprado” (f. 09/09-v.).

Muito embora a apelante tenha afirmado que os objetos roubados foram imediatamente repassados para o coator, o certo é que ela foi encontrada na posse direta dos bens subtraídos, conforme relatado pelo policial Victor Soares (f. 62), o que já fragiliza a tese da coação moral irresistível.

Além disso, o suposto coator, Carlos Henrique Enéias, relatou que era amasiado com a acusada e que ela saiu de casa após uma discussão, sendo que, na parte da tarde, a polícia a levou de volta à residência, já presa.

Frise-se que nenhuma das testemunhas ouvidas relatou a presença de terceira pessoa monitorando a ação criminosa (f. 62, 63 e 72), o que faz cair por terra a versão apresentada pela acusada em juízo.

Forçoso reconhecer, assim, que a douda defesa não se desincumbiu do ônus de comprovar a existência da referida excludente, tratando-se, em verdade, de meras alegações sem qualquer suporte probatório, o que inviabiliza o reconhecimento da coação moral irresistível.

Nesse sentido:

A coação irresistível de que lança mão o acusado impõe prova maciça e imbatível, não valendo a simples alegação contra um companheiro, aliás, foragido, para fazer prevalecer ter o acusado agido sob tal domínio. Aliás, a coação irresistível, no crime, constitui uma das provas mais fugazes de que notícia o processo criminal (TACRIM-RJ - AC 23.078 - Rel. Juiz Emídio Carmo).

A coação irresistível deve ser cumpridamente demonstrada por quem a alega, sob pena de ser criada uma infalível válvula de escape e uma garantia de impunidade para todos os réus: bastaria que dissessem terem sido coagidos para conseguirem a absolvição (*Jutacrim* 94/137).

Assim, comprovadas a autoria, materialidade e tipicidade do delito e ausentes causas excludentes de ilicitude ou de culpabilidade, imperiosa a manutenção do decreto condenatório.

No tocante à dosimetria, entendo que o *decisum* comporta reparo, sendo imperativa a redução da pena-base, *data venia*.

É que, das circunstâncias judiciais elencadas no art. 59 do Código Penal, apenas os antecedentes desfavoráveis a acusada, conforme ressaltado pela digna Sentenciante à f. 97. E, mesmo sendo majoritariamente favoráveis as balizas do art. 59, a pena-base foi estabelecida em patamar muito acima do mínimo legal - 4 (quatro) anos de reclusão -, o que não se admite.

Diante disso, na primeira fase da dosimetria, reduzo a pena para 4 (quatro) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa, no valor unitário mínimo.

Na segunda etapa, estão presentes a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência (CAC de f. 38/40). Tratando-se de circunstâncias de caráter pessoal e igualmente preponderantes, procedo à compensação e mantenho inalterada a reprimenda.

Na última etapa, em virtude da majorante do uso de arma, elevo a pena ao patamar mínimo de 1/3 (um terço), concretizando-a em 5 (cinco) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 17 (dezesete) dias-multa, à mínima fração legal.

Fixo o regime fechado para início de cumprimento de pena, anotando tratar-se de acusada reincidente, a quem foi aplicada pena superior a 4 (quatro) anos, de modo que não há margem para a excepcional aplicação do regime intermediário, nos termos da Súmula 269 do Superior Tribunal de Justiça.

Deixo de substituir a reprimenda carcerária por restritivas de direitos, ou mesmo conceder o *sursis*, em face do não preenchimento dos requisitos legais (art. 44, incisos I, II e III, e art. 77, *caput*, c/c seus incisos I e II, ambos do Código Penal).

Mercê de tais considerações, dou parcial provimento ao recurso, tão somente para reduzir a pena imposta à apelante Flaviana Cristina Luiz, nos moldes supraestabelecidos, mantida, quanto ao mais, a respeitável sentença hostilizada, inclusive no tocante ao regime prisional fechado e ao indeferimento de penas substitutivas.

Custas, na forma do art. 10, II, da Lei Estadual nº 14.939/03.

Comunique-se o doudo Juízo *a quo*, com urgência, sobre o resultado do presente julgamento.

Votaram de acordo com o Relator os DESEMBARGADORES NELSON MISSIAS DE MORAIS e MATHEUS CHAVES JARDIM.

Súmula - RECURSO PROVIDO EM PARTE. COMUNICAR.

...